

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 1358
 Data: 14/01/90 Pg.: _____

Sertanista culpa Calha Norte por conflito

190 Zenaide Azeredo

O Projeto Calha Norte é o maior responsável pela problemática ocorrida nas reservas indígenas dos Yanomami pois, dentro de sua filosofia de incentivo à ocupação da região e fixação do homem na área, permitiu que os garimpeiros invadissem o Parque, só advogando sua saída depois que a Justiça se manifestou e interditou 9,4 milhões de hectares, no Estado de Roraima.

A opinião é do sertanista Sidney Possuelo, que se afastou da Operação Selva Livre ou Yanomami a partir do momento em que o Governo começou a negociar com os garimpeiros e, principalmente, quando o Ministério da Justiça e o governador de Roraima projetaram levar o garimpo para três outras áreas próximas à reserva, onde, segundo ele, os índios poderiam chegar sem o menor esforço.

Essas acusações ao Projeto Calha Norte e à Saden — Secretaria de Assessoramento à Defesa Nacional — envolvidas inclusive nas denúncias de escolha e negociação das novas três áreas de Parque Nacional, foram rebatidas por militares assessores da Secretaria.

Omitindo-se de qualquer responsabilidade na elaboração do acordo dos garimpeiros com o Governo, um militar lembrou que os termos do compromisso foram estudados e definidos pelo ministro da Justiça, Ibama, Funai e DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral).

A Saden contestou ainda as acusações dos indigenistas, segundo as quais teria "fechado os olhos" para o problema do garimpo, alegando jamais ter previsto, em seus planejamentos referentes à Calha Norte, quaisquer atribuições ao garimpo, uma vez que o assunto não constou do Projeto.

Assim, o que a Saden fez com referência ao tema consistiu em apenas acompanhá-lo, sem jamais prever a retirada dos garimpeiros. Com relação ao problema indigenista, o Projeto Calha Norte, segundo esse militar, propôs tão somente a implantação de 19 áreas de reserva Yanomami, circundadas pelas florestas nacionais, com o intuito de se preservar a cultura indígena através dessa delimitação ambiental, embora gradativamente se cogitasse da integração dos índios com a população branca do Estado.

Para os sertanistas e indigenistas da Funai o Projeto Calha Norte não tem, no entanto, qualquer identidade com a realidade, na medida em que pretende fixar os Yanomami em reservas fixas, tipos bolsões. "Se os garimpeiros forem levados para áreas próximas, nessas florestas nacionais, os índios vão atrás e continuarão se prostituindo e se embebedando no garimpo. Eles são pessoas de pouco contato e se ligam muito afetivamente as pessoas que lhes dão um prato de arroz, um chinelo e um calção, ou seja, o Yanomami é amigo do branco que lhe dá presentes, mesmo que este lhe roube o ouro de

suas terras", raciocinou Sidney Possuelo.

Partindo deste princípio, segundo Possuelo, e dentro das características do Yanomami de não se manter preso a um lugar só, as florestas nacionais devem também ser deixadas fora da área de garimpage, como única forma de se preservar a raça.

Justiça Possuelo, que tem 24 anos de Indigenismo, 19 dos quais dentro da Funai, acha ainda que a sobrevivência dos 7 mil índios Yanomami que restam do lado brasileiro repousa apenas na ação da Justiça, uma vez que o Executivo "se perdeu e se corrompeu".

Na verdade, dentro da Funai, não se faz segredo do grande grau de entendimento existente entre os responsáveis pelo Projeto Calha Norte (o Gabinete Militar e os ministérios militares) e o governador de Roraima, Romero Jucá. As preferências de Romero Jucá para o Estado foram expostas no projeto Meridiano 62, segundo o qual as florestas nacionais de Roraima devem ser palco de exploração mineral, com áreas indicadas para lavra manual e semimecanizada para ouro e a baixos investimentos. Coincidentemente, o Projeto Calha Norte, feito pela Saden, também prevê mineração nessas áreas de florestas, o que leva alguns militares a julgarem que o juiz Novelty Vilanova, autor da liminar interditando 9,4 milhões de hectares, foi mal informado no que diz respeito à natureza das florestas nacionais.



Garimpeiros começam a abandonar as áreas yanomami em RO

O dilema de Iris Pedro

Embora se manifeste disposto a enviar mais funcionários da Funai, inclusive sertanistas e indigenistas ao Parque Yanomami, com o objetivo de evitar que os garimpeiros regressem ao território indígena, o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, encontra-se na verdade "entre a cruz e a espada".

Ele adota uma posição ímpar, onde consegue defender o direito dos índios, na medida em que diz que "os garimpeiros têm de ir para bem longe, sob o risco dos yanomami irem atrás" e reconhece como área indígena apenas 2 milhões e 600 mil hectares já demarcados.

Ele admitiu ter participado da decisão de reconhecer como área indígena apenas aquela demarcada como tal — 2,6 milhões de hectares e não 9,4 milhões considerando Florestas Nacionais as zonas circunvizinhas ao território Yanomami, que funciona apenas como "área-tampão" de "amortecimento" ao parque.

Em entrevista ao *Jornal de Brasília* o presidente da Funai disse que não quer isolar o índio, embora reconheça que seu estágio cultural ainda não permita uma total integração, razão pela qual necessitará ampliar, não seu espaço físico, mas o processo de vigilância da Funai.

Finalmente, ele revelou que o sertanista Sidney Possuelo teve uma posição isolada ao deixar a Operação Yanomami, e endossando essa idéia, dirigiu-se ao Departamento de Polícia Federal, na 6ª-feira, para manifestar seu "pleito de gratidão" ao delegado Romeu Tuma. (Z.A.)

Militares aguardam justiça

Embora persista junto aos militares, inclusive os da Saden a idéia de que deva haver exploração e utilização dos recursos naturais da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas (14% do território nacional e 24% da Amazônia legal), a previsão, ali, é aguardar a decisão da Justiça quanto à definição de quantos milhões de hectares devem ser dados aos índios.

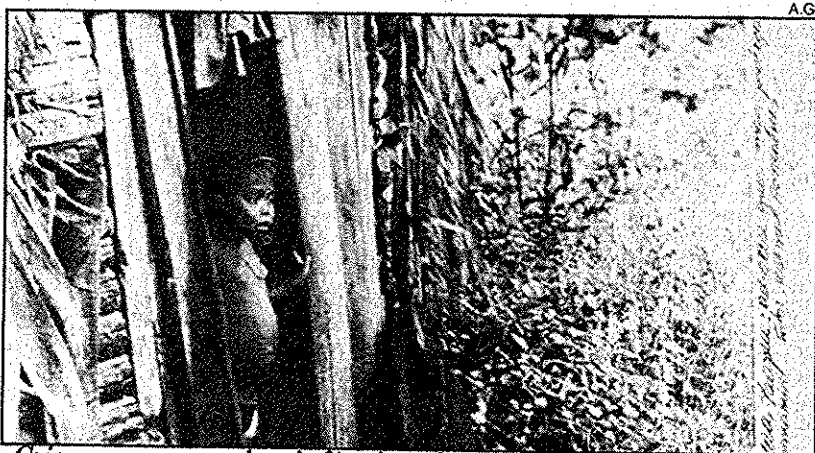
Afinal, Exército, Marinha e Aeronáutica têm um lugar de destaque no projeto Calha Norte, não só no que diz respeito ao desenvolvimento (construção de estradas, aeroportos e apoio, treinamento e segurança na navegação fluvial, aérea e viária), como, e sobretudo, na segurança militar da região.

Além de suas ações de presença e vigília da fronteira, controlando embarcações e seu policiamento, bem como serviços de patrulha, guardando vias naturais de acesso ao território nacional e mantendo a soberania do espaço aéreo, Marinha, Exército e Aeronáutica recebem outras atribuições no Calha Norte, que no capítulo "Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área" afirma: "Complementarmente, as Forças Armadas, pela peculiaridade capital ensinada por sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da Faixa de Fron-

teira e para o desenvolvimento da área, apoiando, logisticamente, os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores de educação, saúde, transporte e telecomunicações".

O Exército, conforme o projeto Calha Norte, chegou mesmo a reestruturar-se, organizando um comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial, em São Gabriel da Cachoeira (AM); reorganizando um comando de Fronteira em Roraima; criando um Pelotão Especial em Tiriós (BA) e equipando inclusive com instalações mais funcionais os comandos de Fronteira do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial, em São Gabriel da Cachoeira (AM); reorganizando um comando de Fronteira em Roraima; criando um Pelotão Especial em Tiriós (BA) e equipando inclusive com instalações mais funcionais os comandos de Fronteira.

Assim, com todo esse aparato militar previsto para a região, o melhor para as Forças, no momento, é aguardar uma decisão favorável da justiça, antes de acirrar os ânimos e suscitar no próximo Governo qualquer atitude de adversidade com relação ao projeto Calha Norte, orgulho e ponto de honra para a Saden e as Forças Armadas. (Z.A.)



Criança yanomami: a infância submetida ao jogo de interesses

Juruna acusa governador

Ex-deputado pelo PDT-RJ, o xavante Juruna responsabilizou o governador de Roraima, Romero Jucá Filho, por todo o impasse gerado no território dos yanomamis: "E um homem cheio do diabo, que já acabou com o Projeto Rondon, acabou com a Funai quando a presidência e agora quer acabar com o índio yanomami", afirmou Juruna.

Concordando com a posição do sertanista Sidney Possuelo e do Ministério Público, segundo a qual os índios devem ficar com o Parque Yanomami e os garimpeiros serem "levados para bem longe", Juruna disse que o problema do índio hoje no país é "uma vergonha nacional".

Lotado como funcionário da Funai, com o título de "assessor especial da Presidência", apesar de, segundo garantiu, não exercer essas funções e não ter sequer direito a uma sala — "fico no corredor", garantiu — Juruna acusa ainda o governador Romero Jucá Filho de ser

"um protegido do Conselho de Segurança Nacional e receber 20% dos lucros dos garimpeiros", só para permitir sua presença em terras indígenas.

Ato público

Apesar de não ser reconhecida oficialmente pela presidência da Funai, o Senalba (Sindicato dos Funcionários Públicos de Autarquias e Fundações da Administração Indireta), programou um ato público para quarta-feira, em defesa dos índios yanomamis.

Durante reunião realizada no dia 11 último, o sindicato que, segundo sua direção, engloba 12 mil servidores, aprovou uma moção de apoio e solidariedade aos sertanistas Sidney Possuelo e José Maria do Nascimento, que se afastaram da operação de retirada dos garimpeiros. O sindicato, em sua nota, denunciou "a transformação da Funai em 'agência de defesa de interesses antiindígenas'". (Z.A.)